

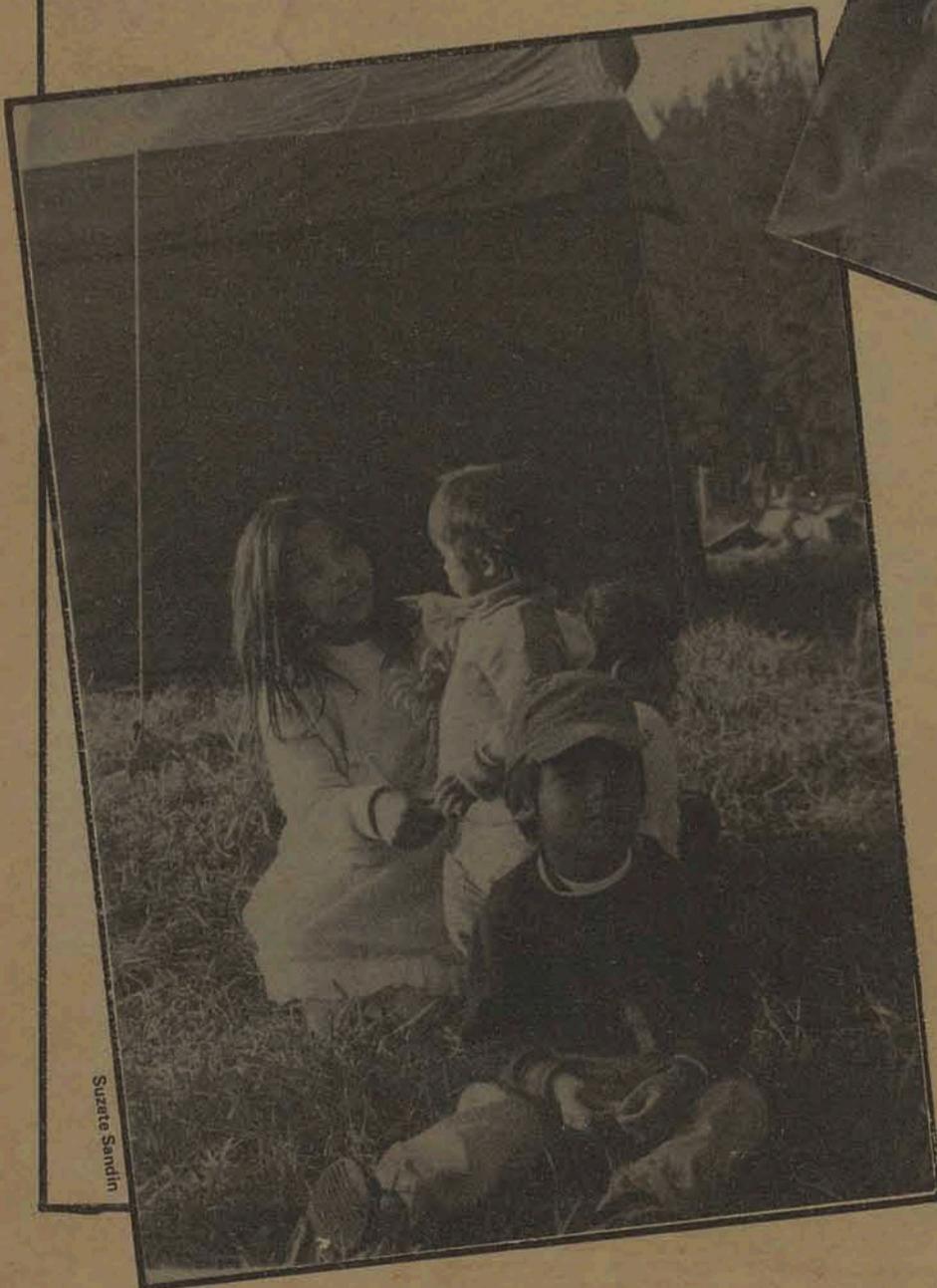
Zero⁴

Jornal Laboratório
do Curso de Comunicação Social
Outubro 1983 - UFSC

**ENCHENTES:
ATÉ
QUANDO?**



Suzete Sandin



Suzete Sandin

**Como
reconstruir
vidas?**

COMEÇAR DE NOVO

Zero, para os jornalistas, é o número experimental de uma nova publicação. É no zero que as rotinas são testadas, que as idéias, postas em prática, mostram se resistem ou não. Manter o título Zero, no jornal-laboratório das disciplinas Jornalismo Gráfico e Técnica de Edição e Ilustração é manter o caráter de experiência que este jornal efetivamente tem. Feito como qualquer jornal que inicia, construído com toda a seriedade e esforço não deixa de ser, a cada número, um recomeço. É esta a idéia que o título deste jornal contém. E é por isso que, neste semestre, a turma resolveu manter o mesmo título do ano passado.

AS ÁGUAS DE JULHO

Neste número Zero dedica-se, com especial atenção, à tragédia que ainda mantém Santa Catarina um pouco assustada e sem fôlego para fazer uma avaliação serena do que aconteceu. Os projetos de reconstrução ocupam boa parte desta edição: é preciso não apenas reconstruir, mas discutir que tipo de reconstrução deve ser feita. Entre várias outras matérias sobre o assunto, é importante chamar a atenção para uma conversa, na redação de Zero, com alguns dos jornalistas que estiveram no interior, durante as enchentes, fazendo a cobertura para os mais diversos veículos de comunicação. Esta conversa serviu como exercício de entrevista com a vantagem de que, depois, os entrevistados (todos repórteres), fizeram sua crítica ao trabalho dos alunos-entrevistadores. Esta crítica também está aí.

OS JORNALISTAS DA UFSC

No início deste ano (em fevereiro), a UFSC formou sua primeira turma de jornalistas. E os 21 recém-formados parecem desmentir a existência de um mercado de trabalho saturado: apenas um deles não está trabalhando e a maioria atua na área de Comunicação.

Um destes formados é Valmeron Luís de Bona, atualmente repórter "A" da Gazeta Mercantil, em São Paulo. Valmeron, com dois outros colegas do Curso (Maria da Graça Silva e Doraci Engel), foi para a Gazeta como resultado de um convênio entre aquela empresa e a UFSC. Após três meses como "trainee", foi contratado.

Trabalhar num jornal de uma grande cidade é extremamente recompensante. Depois de passar longo tempo ouvindo falar em gente como Delfim Maluf, Montoro e outros caras que fazem parte da história de nosso país, a gente se encontra com eles para algum trabalho e, de repente, se perde um pouco porque é o cara mesmo que está ali, na nossa frente e "eu" sou o profissional que deve escutá-lo.

Além destes três, que estão em São Paulo, Marcos Scotti também saiu: está em Brasília, trabalhando na Emater, do Ministério da Agricultura, onde faz um programa de rádio para orientação dos agricultores.

Outro que está longe: Idro Antonio Prado Júnior trabalha em Lima, no Peru, naquilo que sempre foi o seu maior interesse, num dos grandes centros de Documentação que existe na América Latina.

A grande maioria está mesmo na Capital. Apesar dos baixos salários, sem um "piso" profissional, vamos encontrá-los, já perfeitamente integrados ao ambiente profissional nas rádios, TVs e assessorias de comunicação locais.

Valmeron afirma que "o Curso dá bastante base para iniciarmos em qualquer empresa de comunicação. Maior experiência ou seja, experiência como profissional, se obtém rapidamente quando se atua na área. Oportunidades surgem. A carga de conhecimentos tida durante o curso é grande e isso facilita o nosso desempenho como profissionais".

A SITUAÇÃO HOJE

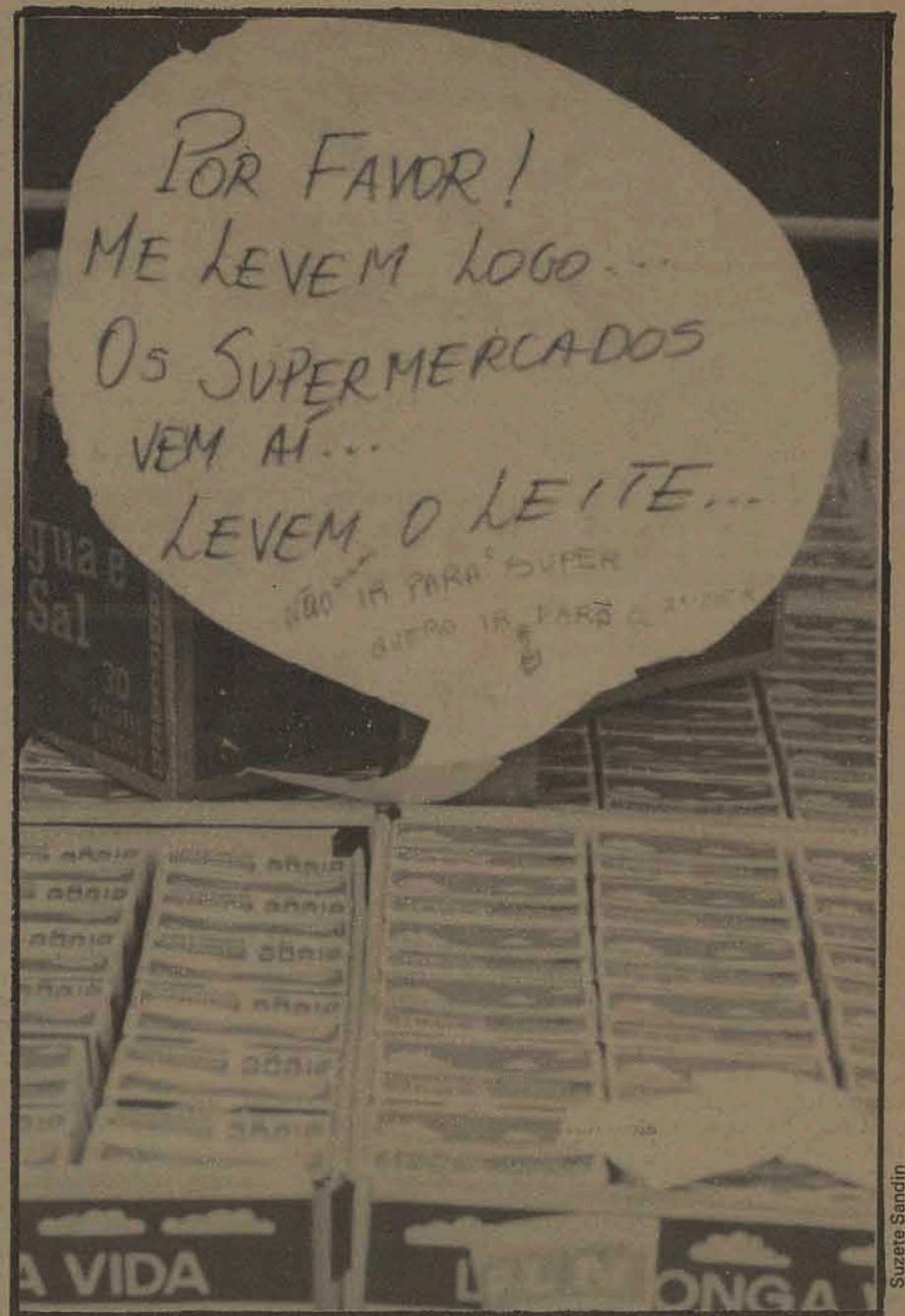
Veja onde estão os 21 jornalistas formados pela UFSC em fevereiro deste ano:

1) Aglair Maria Bernardo: continuou estudando, cursa Pós-Graduação em Ciências Sociais; 2) Ana Maria Camboim: TV Catarinense; 3) Beatriz Porto: Jornal de Santa Catarina; 4) Bento Silvério: TV Catarinense e Assembléia Legislativa; 5) Doraci Engel: Gazeta Mercantil (SP); 6) Idro Prado Júnior: Icla(Peru); 7) Itamar Aguiar: Jornal de Santa Catarina; 8) Jarson Elberto Frank: Secretaria da Administração; 9) Joedna Cesália da Silva: Correio do Povo, sucursal de Florianópolis; 10) Lúcia Helena Vieira da Silva: Tribunal de Justiça; 11) Manoel Moacir Werner: Fucat; 12) Márcia Estela Barentim da Costa: TV Barriga Verde; 13) Márcio Dison da Silva: TV Barriga Verde e Correio do Povo; 14) Marcos Humberto Scotti: Emater (DF); 15) Maria Aparecida Velloso: Sunab; 16) Sandra Carla Inácio: Rádio Diário da Manhã AM; 17) Valmeron Luís de Bona: Gazeta Mercantil (SP); 18) Maria da Graça Silva: Gazeta Mercantil (SP); 19) Maria Goretti de Gamba Proença: não trabalha; 20) Vanderlei Luís Rickem: Tribunal de Justiça e continua a estudar, fazendo o Curso de Direito; 21) Zenon Vítor Bonassis: Tribunal de Justiça.

Jornal-Laboratório do Curso de Comunicação Social - Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Setembro de 1983. Tiragem: 2 mil exemplares. Circulação: Florianópolis. Distribuição Gratuita.

REDAÇÃO: Alunos das disciplinas: Jornalismo Gráfico e Técnica de Edição e Ilustração, 6a. fase, repórteres, redatores, diagramadores, paginadores, arte-finalistas e fotógrafos: Adriana Ferreira Freitas, André Vicente da Silva Gouvea, Antoninha Santiago Silva, Antonio Afonso Felipe, Átila Sbruzzi, Cirley Virginia Ribeiro, Edison Ronchi, Eloi Terezinha Paes, Esdras Pio Antunes da Luz, Fabíola Souza de Oliveira, Fernando Lehmkühl Carneiro, Giovanna Kindlein, Hermes Antonio Luiz da Silva, Jaime Ambrósio, Jorge Luiz Massarolo, Jossane Rosimar Ristow, Leani Budde, Lourdes Maria Pereira, Maria Lucia Salgueiro dos Santos, Maristela Amorim, Mirela Maria Vieira, Paulo Roberto Arenhart, Paulo Silas Cruz Prado, Pedro Fernando de Oliveira, Rita de Cássia Luz Coelho, Ronaldo dos Anjos, Rosângela Tremel Rosa e Sandra Gentil. Hailton Pacheco

Composto e impresso na Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC), Saco dos Limões, Florianópolis, SC.



DESVIO DE DONATIVOS.

Às oito e meia da manhã de quarta-feira, dia 24, a esposa do vereador "Pitanga" - Nirdo Artur Luz - atendia o telefone, em Palhoça. Indagada sobre a distribuição de donativos feita por seu marido, respondeu que ele estava no banho e pediu para ligar mais tarde.

Quarenta e cinco minutos depois o telefone toca novamente na casa do vereador. "Ele já saiu - informou a esposa. O que deseja?" Depois de ouvir a identificação disse que todos os donativos já tinham sido distribuídos e acrescentou: "Mas... você já tem emprego?"

Esta ligação e outra, feita pouco mais tarde para Santo Amaro da Imperatriz, confirmam as denúncias do deputado estadual Edison Andrino, do PMDB, de desvios de donativos às vítimas das enchentes. Desvio e aproveitamento, por políticos do PDS.

Na Prefeitura de Santo Amaro, cidade que não teve maiores problemas com as enchentes, a Secretária Marli da Silva atendia a ligação supostamente vinda do gabinete de um deputado pedessista. "Aqui foram descarregados 105 sacos de sapatos e cerca de 400 sacos de roupas", confirma Marli.

Ainda na quarta-feira, à tarde, o telefone que tocava na casa do pastor João Dil-

son Oteiro foi atendido por sua esposa. "Nós queríamos confirmar a denúncia de extravio de donativos enviados pela Igreja de Campinas, São Paulo", perguntava a pessoa no outro lado da linha, que se identificou como sendo de uma Igreja de Florianópolis. "Quem fez a denúncia?" quis saber a senhora. Acertados os detalhes, ela esclarece: "De fato, a Igreja Presbiteriana de Campinas enviou alimentos, remédios, roupas e 40 cobertores à Igreja Presbiteriana de Joaçaba, em remessa nominal pela Transbrasil. Só que até agora nada apareceu".

Imediatamente após esta ligação uma outra era feita, agora com o setor de cargas da Transbrasil. De lá o funcionário informava: "Todas as doações transportadas pela empresa foram entregues sob a responsabilidade do então representante do governo aqui no setor, o Sr. Pacheco, da Casa Civil".

Procurado várias vezes na Casa Civil, o Sr. Pacheco não foi encontrado.

E as denúncias não param aí. Iraí Zílio, deputado estadual peemedebista, cita cidades que receberam donativos sem necessitarem, tais como Água Doce, Bom Retiro e Catanduva. Em Blumenau, segundo comentários da população, uma Igreja do Bairro Garcia teria estocado acolchoados e cobertores para rifá-los. - Hailton Pacheco Duarte.

“É POSSÍVEL PREVER AS CHEIAS.”

Se as águas recomeçarem a subir — como se teme e afirma — Santa Catarina terá de recorrer novamente às orações e ao assistencialismo porque os técnicos terão muito pouco a dizer: “uma verdadeira ditadura de informações impede o acesso aos dados essenciais para analisar o problema das cheias”, denuncia Daniel José Silva, engenheiro civil, especialista em Hidrologia e Recursos Hídricos e professor da única disciplina no Estado, que trata exatamente disso: cheias. “Quem tem os dados não dá e quem não os têm, não opina”, diz o professor da UFSC.

Mas a dificuldade de obtenção dos dados não é o único entrave encontrado para se avaliar o problema das enchentes que atingiram o sul. Existem também dificuldades tecnocráticas ou burocráticas, como comenta o professor: “não existe uma disposição por parte dos técnicos governamentais de aceitar a participação comunitária, o que é imprescindível para que qualquer obra pública seja perfeitamente viável e satisfatória”. Ele entende que uma solução para o drama acarretado pelas cheias não surtirá efeito algum, nem será compreendido pelo conjunto das comunidades atingidas, sem que se conte com a sua participação, além dos representantes políticos e dos técnicos habilitados para isso.

Criticando o fato, comum no Brasil, de se começar qualquer obra de engenharia sem o estudo de um projeto — dragagens sem projetos de dragagens, uma nova foz para o Rio Itajaí sem estudos de geomorfologia e assim por diante — o especialista afirma a necessidade de se fazer uma política de condução da produção técnica. Ele lembra que se a comunidade não par-

ticipa dos projetos, ela não colabora, e a participação é a saída política.

Acontece que Daniel Silva não se atém apenas a avaliar e criticar o que está sendo feito como solução para o problema das enchentes no setor técnico-burocrático. Que tipo de trabalho se poderia fazer para uma solução mais direta e eficaz?

PLANO PILOTO

O próprio professor, juntamente com uma equipe — que inclui estudantes — está elaborando um projeto denominado “Campus Aproximado da cidade de Rio do Sul”. Este projeto consiste num plano-piloto de controle emergencial das enchentes com o auxílio da comunidade. “Nós pretendemos, inicialmente, ensinar o pessoal a verificar e prever o nível de subida da água dos rios, o que pode ser feito num poste de luz qualquer. Assim o pessoal pode se preparar antes da inundação.”

“Seria como o Campus Avançado de Santarém, só que aqui em SC”, explica. Isso permitiria que a Universidade colocasse todo seu potencial técnico a serviço da população, não só na área de Engenharia, mas em todas as outras áreas que fosse necessária uma colaboração.

Elaborar, discutir e executar esse plano-piloto, sempre junto com a comunidade — faz questão de reafirmar —, visando a uma metodologia apropriada e regional que diminua sensivelmente os danos ao meio ambiente e aos meios de produção é o objetivo básico do projeto. Para Daniel, a inexistência de metodologias apropriadas nas agências governamentais provoca um vazio na busca de soluções.

Maria Lúcia Salgueiro

“É possível evitar a tragédia”



Cirley Ribeiro

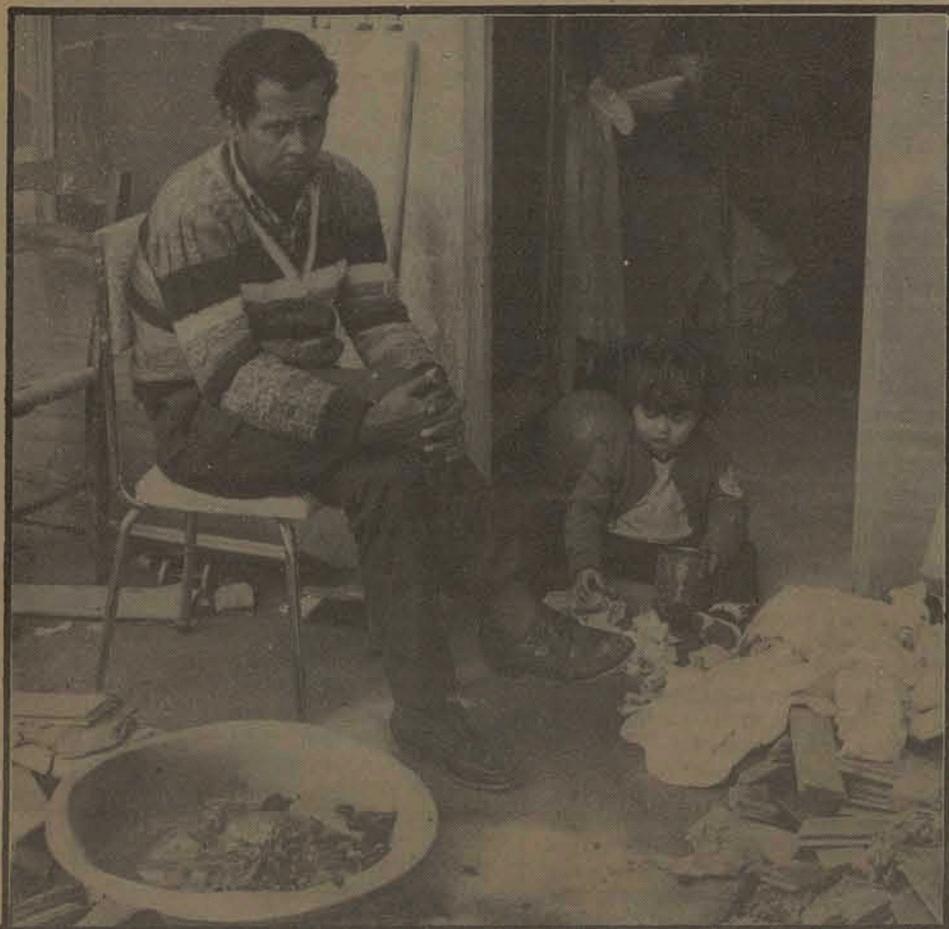
Participante de muitos debates realizados a respeito do assunto, Daniel Silva se tornou o maior “especialista em enchentes” da UFSC, talvez pelo fato de conseguir transmitir com clareza assuntos considerados técnicos e complicados.

E, afinal, o que é uma enchente? Em que se constituem as obras conhecidas como dragagens, barragens e diques? Exorcizando teorizações que só os técnicos entendem, ele explica que as enchentes ou cheias são resultados da formação do que se chama uma onda de cheia que caminha rio abaixo até desaguar nos oceanos ou em outros rios maiores. Uma onda de cheia por sua vez, é formada por razões naturais — excesso de chuvas —, ou artificiais — rompimento de barragens ou diques.

As obras mais freqüentemente utilizadas neste caso servem apenas para atenuar a onda de cheia, reduzir seu pico. São elas as barragens que, com seus reservatórios naturais, acumulam parte do volume da onda de chuva, retardando-a; diques ao longo dos cursos d'água, cuja função é confinar a onda das cheias evitando a inundação; as dragagens e retificações dos cursos

de água que aumentam será a capacidade de transporte e sua velocidade do escoamento; e as derivações (ou leitos de alvíos) que servem para armazenar temporariamente certa quantidade de chuva e também para desviar parte da onda de cheia para lagos e rios que deságuam em pontos mais baixos das áreas a serem protegidas.

Tudo isso, entretanto, tem necessariamente que ser feito com a colaboração e entendimento da população. De forma que as enchentes, se tratadas, adequadamente por ocasião da sua ocorrência, causariam pequenos danos materiais e decididamente um número mínimo de flagelados. Ou, como diz o professor: “Se não podemos controlar as chuvas e o clima particularmente, podemos, isto sim, controlar as alterações no meio ambiente da bacia hidrográfica, eliminando o componente-surpresa do problema das cheias”. Ele vai além, concluindo: “se não podemos evitar os prejuízos econômicos, podemos sim evitar o flagelo, o desamparo e a destruição do maior de todos os recursos, o humano. Garantindo este, podemos garantir qualquer reconstrução”. — Maria Lúcia Salgueiro.



José Gatti

No Rádio, Música. Na TV, Pânico e Recados. Nos Jornais, Dificuldades.

Durante as enchentes, não só órgãos responsáveis pela segurança civil estavam desorganizados e despreparados para atender a uma catástrofe, mas também os meios de comunicação locais. Isto é o que se conclui após entrevista realizada, no Curso de Jornalismo da UFSC, com os repórteres Elaine Borges (O Estado de São Paulo), Rivaldo Souza (free-lancer), Valdir Alves (O Globo) e Celso Vicenzi (O Estado).

Enquanto o Estadão conseguiu se mobilizar em dois dias, mandando uma equipe de jornalistas para cá, o Estado levou quase uma semana para se organizar e o Jornal de Santa Catarina parou de funcionar. O rádio-jornalismo praticamente não existiu e os flagelados, que só tinham consigo radinhos de pilha, passaram semanas ouvindo música. A televisão, apesar do espaço dado aos acontecimentos, pouco teve de verdadeiro trabalho jornalístico, limitando-se a ouvir fontes oficiais, ler recados e promover campanhas assistenciais, sem esquecer que as primeiras imagens das cheias só apareceram dias depois da situação estar em seu ponto crítico.

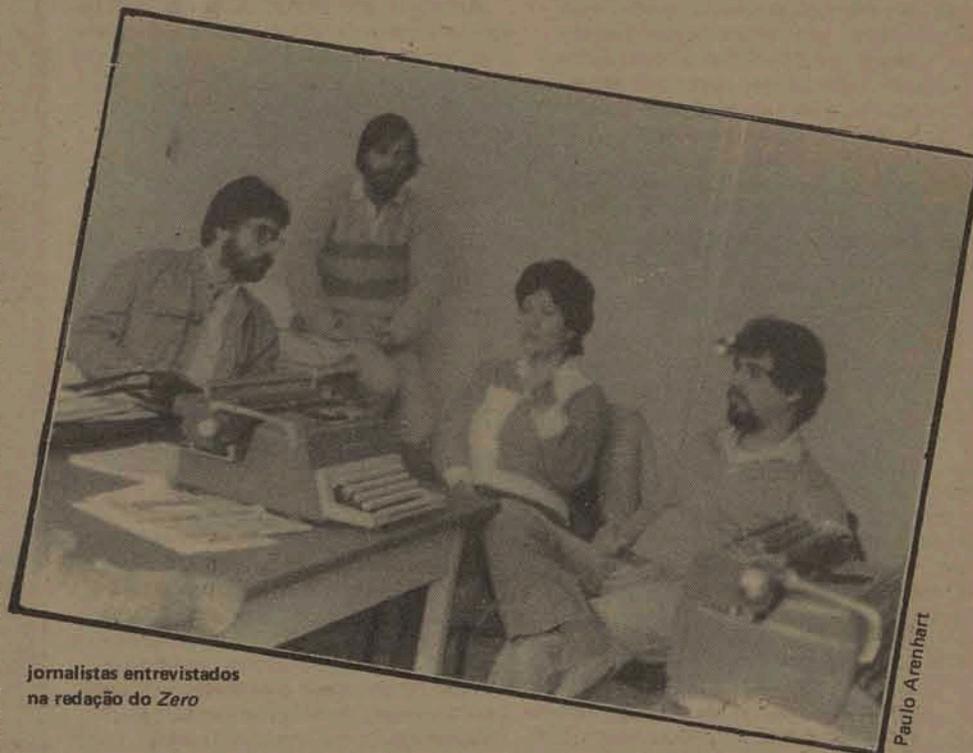
Segundo os entrevistados, "o esquema para a TV era facilitado pelos organismos oficiais, que davam preferência nos helicópteros militares, obedecendo ordens que vinham do centro do país". "O pessoal da Globo chegava com um esquema montado e, em poucos minutos eram transportados pelos helicópteros, enquanto que os repórteres de jornais tinham que esperar dias e dias", revelou Valdir.

As dificuldades de acesso aos locais atingidos e a prioridade dada à TV para o deslocamento do pessoal nas várias regiões

inundadas, exigiam um esquema de organização dos jornais catarinenses, que se perdeu na burocracia, na incompetência e até no desinteresse.

"O Estado chegou sempre atrasado e, geralmente, recorria apenas a dados oficiais", disse Celso Vicenzi. A própria questão do que seria efetivamente notícia, se tornou difícil no meio de toda esta desorganização. Soma-se a isto o despreparo dos repórteres, tanto na TV quanto nos jornais, que tiveram atuação muitas vezes desastrosa ao se defrontarem com o lado humano da catástrofe. "Houve casos do repórter perguntar a um flagelado que estava chorando, se ele estava muito triste", comentou Celso.

"A preocupação essencial era com a tragédia humana. Mostrar às pessoas que lêem jornais que estava acontecendo uma catástrofe. Era preciso sensibilizar as pessoas", assinalou Elaine Borges. É neste ponto que o trabalho de uma equipe jornalística pode apoiar o trabalho individual do repórter, e montar um esquema que se dedique integralmente e exige investimento das empresas e cooperação administrativa dos donos dos jornais. A infra-estrutura para as reportagens é fundamental para que os meios de comunicação cumpram com a sua função, principalmente em ocasiões como esta e isto não existe nos jornais locais. O Estadão não estabeleceu limite de gastos. Nós tínhamos plenas condições de transporte no que diz respeito a dinheiro, podendo alugar barcos, carroças, para chegar aos locais de difícil acesso e para nossa sobrevivência", contou Elaine, mostrando que o contrário aconteceu, por exemplo, no jornal O Esta-



jornalistas entrevistados
na redação do Zero

Paulo Arenhart

do. "Teve repórter que recebeu 20 mil para passar uma semana em condições precárias, que não possibilitava a própria sobrevivência."

A contradição de informações, a falta de compreensão do lado oficial e até a incompreensão em relação ao trabalho dos repórteres, exigia o amparo que cabe às empresas em relação aos seus profissionais.

Dos entrevistados, o único que citou dificuldades em relação à omissão administra-

tiva e à censura, foi o repórter Celso Vicenzi citando, como exemplo, a orientação dada aos repórteres de que amenizassem os números de mortos nas matérias. Segundo os outros entrevistados, no que diz respeito às grandes empresas jornalísticas, houve total apoio para a cobertura das enchentes. Quanto à censura, Elaine e Valdir asseguraram que não houve. "Nós enviávamos um copião das matérias e todas elas foram publicadas". — Mirela Maria Vieira

CRÍTICA

Terminada a coletiva com os quatro repórteres da enchente, a equipe entrevistadora da sexta fase do jornalismo sentou no banco dos réus, e ouviu a opinião crítica dos entrevistados a respeito do seu desempenho — fato raro em jornalismo de laboratório e inexistente no convencional.

Quietos e na comportada posição de ouvintes, os alunos souberam escutar as lições dos colegas mais experientes que, unanimemente, ressaltaram a falta de um roteiro mais detalhado que permitisse fundamentar melhor sua linha de raciocínio, ou seja, segurança para aproveitar ao máximo os conhecimentos dos entrevistados.

O fotógrafo Rivaldo de Sousa achou que deveria ter sido feita uma pesquisa nos jornais e revistas recentes para que se montasse um álbum de recortes sobre o assunto. "Desta maneira se viria de encontro à máxima do jornalismo que é estar muito bem informado antes de informar", frisou ele.

Já a repórter Elaine Borges, de O Estado de São Paulo, salientou a falta de

um representante da televisão, com quem poderia ser discutido também a questão do sensacionalismo da TV, durante as enchentes. Elaine achou também que a conversa teria sido mais rica em termos de organização de cobertura e dificuldades encontradas, se mais chefes de reportagem tivessem sido convidados. "Isto permitiria inclusive que fossem estabelecidos parâmetros para o próprio desempenho da imprensa", afirmou ela.

Na opinião de Valdir Alves, repórter de O Globo, os temas deveriam ter sido divididos por área de interesse. "Muita coisa que poderia ter sido abordada ficou de fora", lamentou ele. Seu colega Celso Vicenzi, de O Estado, reforçou a opinião do companheiro, dizendo que: "pouco se falou nas maneiras de evitar novas catástrofes, ou sobre a tão falada reconstrução".

De qualquer maneira, surpreendidos com a iniciativa dos entrevistadores em escutar sua opinião, os convidados acharam que o grupo conseguiu levantar aspectos interessantes da questão das cheias. — Rosângela Tremel

AUTOCRÍTICA

Depois da entrevista feita com os quatro jornalistas que cobriram de perto as enchentes em nosso Estado, com o objetivo de conhecer os bastidores não-revelados sobre o que aconteceu naquele período — eu, como lembrou Kanitz dias após: "tentamos buscar sugestões de reportagens com os jornalistas" — foi a vez dos próprios entrevistadores do Zero se auto-avaliarem, não poupando seus primeiros passos.

Houve ao menos um consenso entre os repórteres do Zero que realizaram a entrevista: os objetivos traçados não foram alcançados. Ou, apenas em parte. Alguns chegaram a esta conclusão de uma forma simples e direta — como diria Hailton "não perguntamos o que desejávamos" — e outros, como Mirela e Rita, buscaram antes da entrevista os possíveis erros cometidos. "A distribuição de tarefas atrapalhou" concluíram elas. "Não tínhamos tempo para contar outros jornalistas e isso acumulou trabalho". Para a professora Carmem, que acompanhou toda a entrevista apenas como observadora, as

perguntas foram todas centralizadas em apenas dois entrevistados. Além disso, as perguntas não eram suficientemente objetivas. "No entanto — disse ela — das respostas poderiam ter sido extraídas novas perguntas, já que havia revelações interessantes". "Temos de insistir, ir em cima, não recuar o entrevistado" comentou Kanitz. "Os entrevistadores é que dirigem a entrevista, devem assumi-la".

Jaime, que também viu falta de objetividade nas perguntas achou que poderiam ter aprofundado mais certos assuntos. Fernando considerou as informações dos quatro jornalistas demasiadamente "oficiais". Segundo ele "não havia novidades nas respostas". "Nós nos perdemos em algumas perguntas e não sabíamos se poderíamos voltar a assuntos já comentados ou não", afirmou Leani.

Dos entrevistadores, três fizeram cerca de 70% das perguntas, enquanto quatro praticamente não perguntaram nada. Em todo caso, como ressaltou Hailton, "temos que dar desconto. Afinal, há a inexperiência". — Rosângela Tremel.

Briga política atrasa distribuição de remédios.

Fazendeiros carneavam gado morto pelas águas da enchente aos flagelados. Quilos e quilos de medicamentos foram distribuídos por leigos, sem nenhum critério. Médicos recusaram-se a trabalhar em tempo integral e outros negaram-se a fazer trabalho de saneamento. Uma verdadeira guerra pelo poder ficou estabelecida, com o PDS tentando centralizar as ações mesmo em municípios oposicionistas.

Estas são algumas das denúncias feitas por membros das Equipes de Atuação Emergencial que estiveram nas regiões alagadas. Mas não foi apenas isso: informações desencontradas, falta de ajuda material e até, no início, boicote por parte de alguns chefes de Unidades Sanitárias da Secretaria de Saúde, dão uma idéia do caos instalado no estado nos momentos mais críticos da enchente.

Algumas famílias ficaram até 10 dias sem receber alimentos e remédios. A atividade principal destas equipes, formadas principalmente por estudantes de Enfermagem e Medicina da UFSC, foi a de saneamento básico.

No entanto, não havia transporte disponível para as zonas rurais, e chegou a ser vetado o uso de caminhões para a remoção de animais mortos que começavam a apodrecer e poderiam gerar contaminação.

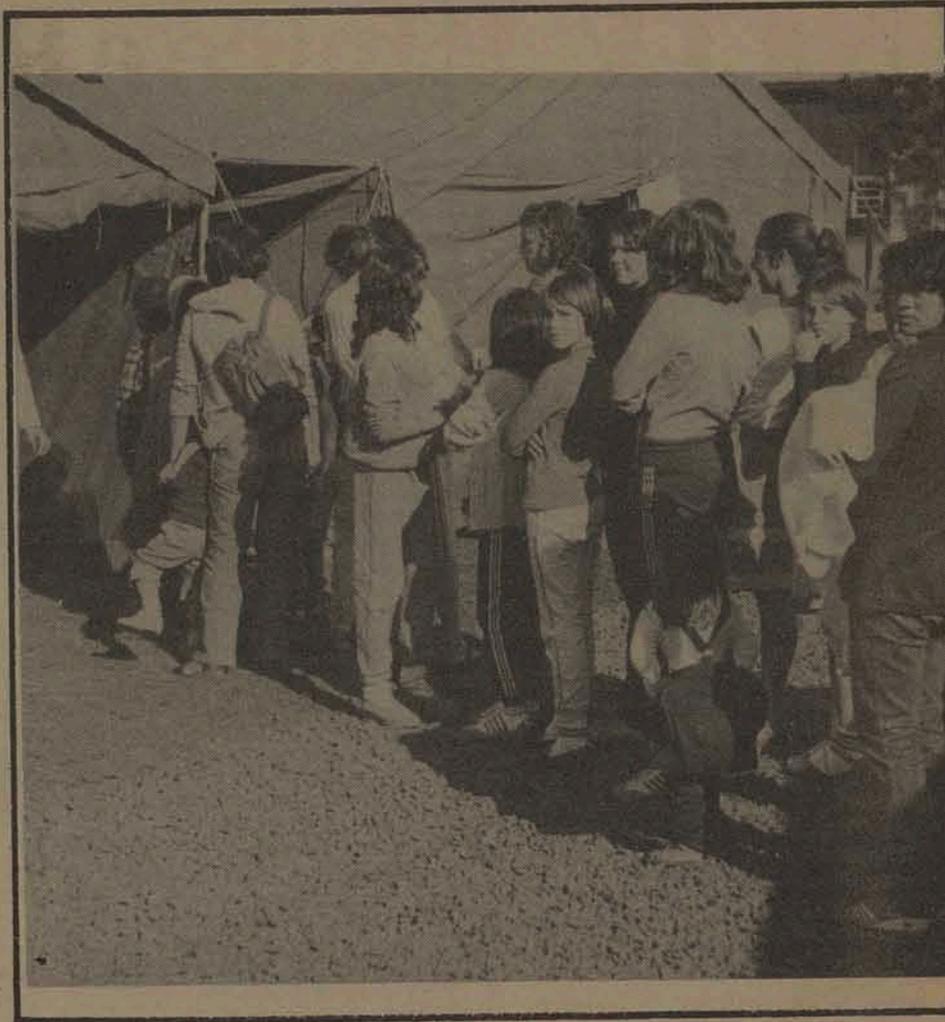
REMÉDIOS

Lúcio Botelho, que é chefe do Departamento de Saúde Pública da Universidade e está preparando um relatório final sobre o assunto, declarou que em Blumenau "chegaram 82 toneladas de medicamentos que foram encaminhados a hospitais conveniados e não à

prefeitura", como havia sido estabelecido. Lúcio afirmou que esses hospitais comercializaram os estoques que sobraram, utilizando os remédios da Campanha, portanto, gratuitos, para os seus pacientes. Os gastos com medicação aos pacientes segurados têm subsídio do INAMPS. Esses fatos ajudam a confirmar a questão da disputa política pelo comando das ações, pois certas prefeituras do PMDB não conseguiram coordenar a coleta e distribuição dos doativos.

A briga política maior ficou por conta dos dois partidos hegemônicos do estado. Em algumas cidades, como é o caso de Itajaí, houve inclusive prefeituras paralelas do partido governista, como revelou o ex-presidente do DCE/UFSC, Geraldo Schuwiec, quando do relato de sua equipe para voluntários que trabalhavam na triagem de doativos na Universidade. De um modo geral as pessoas que trabalharam nas enchentes perceberam uma disputa política entre civis e militares, PDS e PMDB e entre grupos do partido de Esperidião Amin entre si. "Todos queriam ser bons, humanitários para os flagelados", disse o estudante de Medicina Clóvis Lima.

Assim que as enchentes acabaram muitos flagelados relutavam em abandonar os alojamentos-albergues, mesmo pressionados pelos organizadores. É que ali conseguiam se alimentar até três vezes por dia, embora tenha havido racionamentos esporádicos. Eram pessoas sem emprego e condições de subsistência que, provavelmente, faziam apenas uma refeição diária em suas casas — muitas demolidas pelas águas. — Jaime Ambrósio.



Falta de apoio à Operação Socorro

Uma denúncia foi feita semana passada pelo pessoal do Veleiros da Ilha que participou da ajuda aos flagelados do Vale do Itajaí: faltou apoio da Marinha. "Solicitamos que um helicóptero transportasse barcos de borracha para os municípios do norte e oeste do Estado, já que este acesso via terrestre era impraticável, contou Marcelo Rupp que afirma ter conhecimento da existência do estoque de dezenas de embarcações deste tipo e que não foram utilizadas. Marcelo acrescentou "nós do Veleiros e do Iate Clube de Florianópolis tivemos que arriscar nosso material caro e inapropriado para socorrer as vítimas".

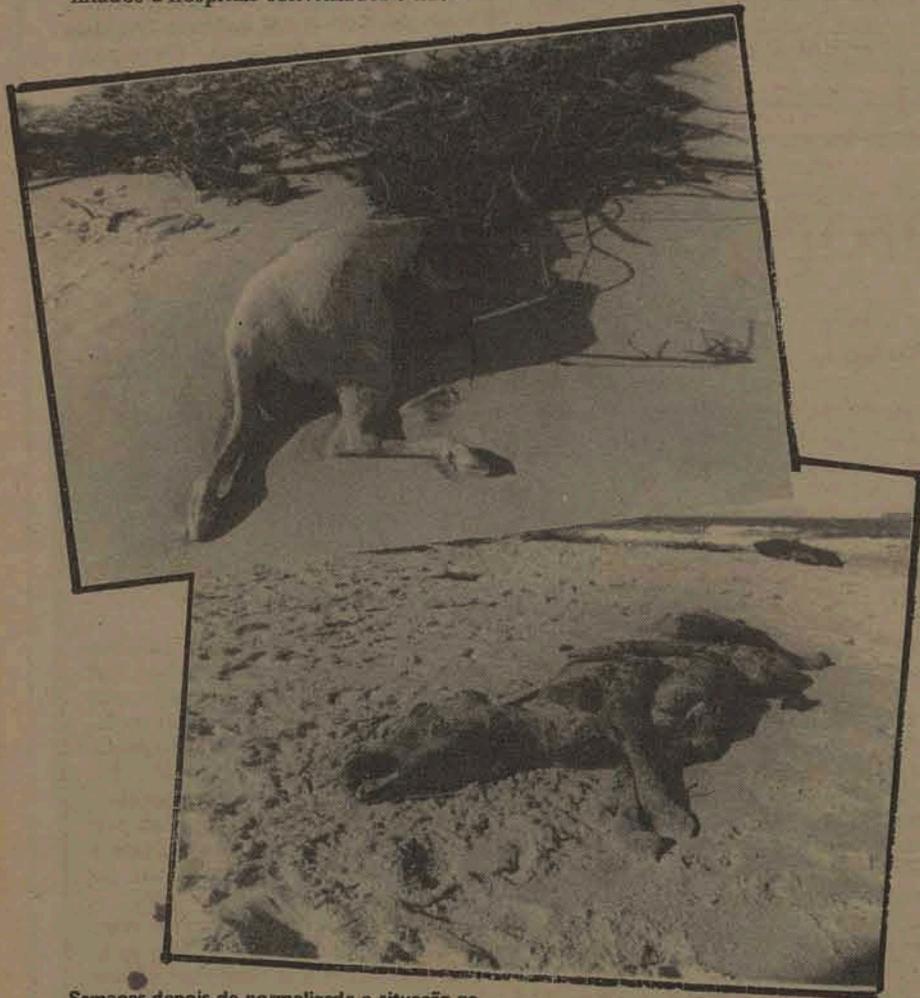
Ainda, assim, as 20 embarcações destes clubes que participaram da operação-socorro, desde o dia 9 de julho, conseguiram salvar 300 pessoas em três dias de luta. Cerca de 60 crianças foram abrigadas em colégios e galpões localizados nas partes mais altas das cidades. "Enquanto doávamos nossos esforços gratuitamente, outros proprietários de embarcações de Blumenau cobravam mil cruzeiros para trafegar flagelados em suas bateiras", afirmou Marcelo Rupp. E o Exército? "Foi de uma presença importantíssima", confirma Marcelo, que acha, porém, ter sido pouco utilizado. "Se todo o material de que dispõe fosse realmente empregado teria sido melhor", afirma. "Quando o Exército chegou", lembra ele, "três dias depois de já estar

mos lá, o Comandante da guarnição de Blumenau organizou o seu pessoal para controlar o fluxo de alimentos e evitar saques nas casas e no comércio".

COMBOIO

O comboio que rumou para a região alagada pelas enchentes foi organizado com a ajuda de amigos e parentes dos sócios destes clubes em atenção aos apelos das diversas prefeituras do Estado, que solicitavam transportes fluviais para remover os flagelados. "Tudo foi feito às pressas", disse Rupp. "O que estava ao nosso alcance foi transportado para Gaspar".

Em Gaspar foi instalada uma espécie de oficina, na garagem da prefeitura para facilitar a distribuição de alimentos e a manutenção dos barcos. Segundo os velejadores, "o prefeito estava totalmente desamparado e despreparado. Nenhuma guarnição das forças armadas estava lá. Nós mesmos não tínhamos idéia do que fazer". E a população? "Ficamos impressionados com a passividade da população diante de nossos esforços. Creio que a causa desse comportamento foi o trauma que passaram", acrescentou Marcelo. No sábado à tarde, a CEVAL distribuiu seu estoque de frangos e 10 toneladas de alimentos vindos de Florianópolis e chegavam à cidade, evitando que todos passassem fome. "Inclusive nós, concluiu Marcelo Rupp. — Fernando Carneiro



Semanas depois de normalizada a situação no Vale do Itajaí, surgem ainda resquícios da tragédia: animais mortos trazidos pela maré infestam o litoral. Nas fotos, animais e entulhos na Praia Mole. (Átila Sbruzzi)

BLUMENAU SE ORGANIZA SEM AJUDA ESTADUAL.

Passados 45 dias da cheia que quase destruiu Blumenau, a cidade se recupera com notável rapidez, notando-se um orgulho dos cidadãos ao verem que o comércio já funciona com quase todas as lojas abertas e as ruas centrais já recuperadas.

Afora a Rua das Missões, acesso do centro da cidade à rodoviária, que ainda apresenta alguns buracos, observa-se uma cidade que já não apresenta nem sinais nem medo de qualquer catástrofe.

Dois projetos estão sendo desenvolvidos para a recuperação de Blumenau: O projeto Nova Blumenau, desenvolvido pela prefeitura em conjunto com a comunidade, e o projeto Crise, pela FURB em convênio com a UFSC.

O projeto Nova Blumenau foi instituído por decreto do prefeito Dalto dos Reis, depois de decisão tomada na Assembléia dos Cidadãos de Blumenau.

Há 14 comissões que compõem o projeto. As principais são: organização comunitária para defesa civil, que vai se incumbir do treinamento da população para que se defenda de uma cheia; reconstrução de casas e terrenos, que fará a demarcação de postes e muros com medições para orientação da população, além da recuperação de casas e obras públicas. Os terrenos conseguidos pela comissão serão financiados a baixo custo para a população de menor renda.

Para efeito turístico, foi sugerido que se pintassem as casas atingidas de uma cor até a marca da enchente e, acima desta, de outra. A idéia foi considerada ridícula pelo Secretário de Turismo, Vilarino Wolff.

O Secretário declarou ainda que



Suzete Sandin

“Blumenau não vai contar com ajuda do Governo do Estado. O município tem de se virar sozinho”. Para isso, o prefeito Dalto dos Reis viajou, dia 25, para a Alemanha, a fim de conseguir do “pafs-irmão” recursos para a reconstrução de Blumenau.

CRISE

O projeto Crise se compõe de três linhas de ação: implantação de um banco de dados que colherá todas as informações acerca do nível do rio, ruas e estradas que podem ser transita-

das dentro e fora do município; levantamento de bacias hidrográficas da região e seu comportamento durante uma cheia; auxílio a flagelados e treinamento da população, que vai se incumbir do ensino de remo e natação, organização de mutirões de ajuda durante uma cheia; um setor de pesquisa de sistemas de contenção de cheias e levantamento de terrenos que possam ser financiados a baixo custo.

Para o banco de dados, o maior problema é a falta de recursos financeiros, pois tal implemento exige apare-

lhos e pessoal capacitado para o ensino de sua operação.

Enquanto os projetos de recuperação são discutidos a nível oficial, a comunidade blumenauense se recupera reabrindo lojas, firmas, cobrindo de flores os canteiros destruídos. Nos bairros mais próximos do centro, ainda se notam as marcas nas poucas casas que não foram pintadas ou limpas por fora. Dia-a-dia, Blumenau volta a ser a “Cidade-Jardim” de sempre, apesar de bastante danificada pelas últimas cheias. — André Gouveia.

Agronomia da UFSC propõe modificar estrutura agrícola.

“Nossa prioridade é a modificação da estrutura agrícola da região”, afirmou o professor Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho, do Centro de Ciências Agrárias e principal articulador de uma proposta de atuação direta do CCA na Região do Alto Vale do Itajaí, onde as chuvas foram piores do que as cheias.

Deslizamento, erosão, pastagens cobertas por lama, afundamento de terreno, foram os principais problemas constatados por professores e alunos, que percorreram os municípios de Rio do Oeste, Laurentino, Agronômica, Aurora, Taió, Ituporanga, Lontras e Rio do Sul, analisando 34 propriedades rurais.

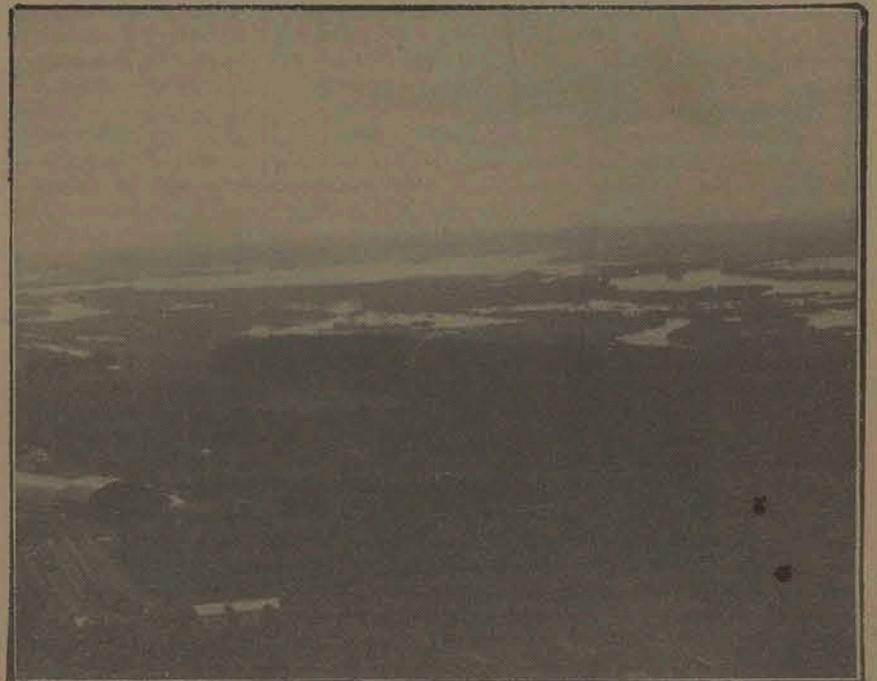
A idéia, embora ainda não exista um plano concreto, é das equipes trabalharem junto com o agricultor, para pôr em prática novas técnicas alternativas no preparo da terra como, por exemplo, a utilização dos próprios recursos naturais. E, a fim de atender às necessidades imediatas do agricultor, incentivar a cultura de subsistência.

Basicamente, esta proposta vai contra o uso indiscriminado de produtos químicos

— adubos, fertilizantes —, para uma rápida recuperação do solo. Entretanto, nada está definido. Mas, a certeza de que o Centro de Ciências Agrárias não sairá a campo simplesmente para “remendar” o Estado, é unânime. De acordo com opinião expressada em assembléia do CCA, a tarefa de reconstruir cabe ao estado, não à Universidade.

Contudo, o medo de estarem sendo usados para fins políticos e econômicos, preocupa os estudantes de Agronomia. “Estaremos ajudando na promoção pessoal de políticos, grupos econômicos, grandes latifundiários, ou ao pequeno agricultor flagelado?”, perguntam eles. O professor de Avicultura, Antônio Carlos Machado da Rosa, explica: “Não iremos a campo sem termos certeza de onde vamos atuar e como vamos atuar”.

Enquanto isso, uma comissão formada por alunos e professores estará fazendo um levantamento das potencialidades e viabilidades dos estudantes, para atuarem no campo ou para desenvolverem trabalhos de base no CCA. — Jorge Massarolo



Como desencilhar os livros que o catarinense não lê?

Aparentemente destinados à nutrição dos roedores que infestam as prateleiras dos depósitos oficiais, os 40 mil exemplares de livros de autores catarinenses, que estão encalhados há vários meses, terão um rumo mais nobre: serão adotados por várias escolas.

O projeto é da Fundação Catarinense de Cultura e tem a pretensão de resolver de vez os problemas de distribuição do estoque, desinteresse do público e falta de critério editorial. Os livros serão apresentados nas escolas e o título que mais interessar aos professores será adotado como livro-texto. Os alunos destas escolas serão obrigados a adquirir os livros.

"A nível de sistema, o projeto ainda não está aprovado para adoção", afirma Caetano Fachini, Superintendente-Adjunto de Administração e Finanças da Fundação. No entanto, Célio Moraes que faz parte da equipe de venda, desmente Fachini. Desde maio último ele tem procurado as escolas e apresentado o projeto, conseguindo apenas que o Colégio Getúlio Vargas adotasse o livro "Cavalo em Chamas", de Silveira de Souza.

Quanto ao problema de encalhe dos livros, Fachini tem uma explicação simples: ano passado foram editados muitos títulos, não dando tempo de serem absorvidos pelo público leitor.

Para Salim Miguel, diretor da editora da UFSC, este projeto não passa de um "remendo, um tapa buraco, pois o maior problema do encalhe está na distribuição". Salienta ainda que pequena editora da UFSC edita mais ou menos 50 títulos anualmente e o esquema de distribuição fica mais difícil ainda, uma vez que os distribuidores não têm interesse numa editora de poucos títulos.

Noa-Noa

Sem os mesmos recursos financeiros das editoras oficiais e ocupando uma pequena salinha no centro de Florianópolis, funciona uma editora que deu certo, a Noa-Noa. Para Cléber, dono, tipógrafo, conselho editorial e distribuidor, o que interessa mesmo é a qualidade e não a quantidade. A editora funciona em esquema artesanal, desde a impressão até a distribuição. Segundo Cléber, as pequenas editoras artesanais dependem de venda, "então têm que fazer a coisa circular". Ele próprio vai às livrarias e deixa o exemplar para ser vendido, trabalha também com o serviço de reembolso postal, fazendo suas edições circularem nacionalmente. Foi assim que conquistou seu espaço de venda. "Vender", segundo Cléber, "não interessa muito à Fundação, pois vendendo ou não, eles ganham seu salário". Afirma ainda que "eles não têm compromisso com a cultura".

Para Cléber, uma maneira de vencer o problema seria o de montar uma comissão de leitura competente e honesta, que faça a escolha de bons títulos e que invista em novos autores. Disse ele que a procura pelo seu trabalho é intensa, principalmente por aqueles que não têm acesso às editoras oficiais e aqueles que buscam uma linha de trabalho que dá prestígio. "Existem obras que estão circulando pelo Brasil, que foram editadas pela primeira vez por mim. Então os autores que me procuram entram numa lista de prestígio".

Cléber diz que é procurado por autores que buscam a preservação da sensibilidade artística e da tipografia, além do que "o trabalho numa máquina tipográfica de mais de cem anos se torna exótico numa era eletrônica como a nossa".

Jossane Ristow



Jossane Ristow

Desde a impressão até a distribuição, a editora da Cléber funciona em esquema artesanal.

Em exposição, a Cultura Catarinense.

Todos os sábados, das 09 às 17 horas, é dia de Feira no Largo da Alfândega. A Fundação Catarinense de Cultura e a Prefeitura Municipal de Florianópolis resolveram expor e vender a cultura catarinense nas imediações do Museu de Arte, na Rua Conselheiro Mafra.

Os feirantes são artesãos, escritores e artistas em geral que expõem uma variedade de produtos que vai desde o artesanato ao suco natural. Foi construído um tablado onde os músicos, artistas e público dispõem de aparelhagem de som para suas manifestações.

Para o ex-superintendente da Fundação, professor Miro Moraes, a Feira representa um projeto prioritário dentro dos objetivos de deselitizar a cultura, mantendo um encontro permanente entre os produtores de bens culturais e o público. Já o crítico de arte do jornal O ESTADO, Osmar Pisani, não concorda com a maneira que vem sendo realizada a feira. Para ele, "a verdadeira feira de cultura partiria de um imenso engenho, teares antigos, enfim, de todas as referências culturais de Santa Catarina a partir da Ilha. Como está sendo feita hoje, seria a última

etapa de implantação, após uma grande divulgação no Estado e em todo o Brasil".

Mas os feirantes acham uma excelente iniciativa, embora alguns julguem a infra-estrutura precária, como é o caso da expositora Márcia Felipe. Ela não fez a inscrição antecipada no Museu de Arte e foi impedida de expor, o que acabou fazendo, graças à divisão de estante com uma companheira. Márcia acha também que precisaria de mais estantes na feira, pois há muitos objetos frágeis e valiosos expostos no chão, enquanto outros mais rudes estão melhor instalados.

Apesar de alguns preços absurdos como, por exemplo, o de um pequeno lenço de seda que estava à venda por Cr\$ 5 mil, o volume de venda tem sido satisfatório para os expositores.

Alguns dias antes de deixar o cargo, Miro Moraes não previa uma data para o término da feira. De início, continuará enquanto vier atingindo os seus objetivos e irá até quando tiver fôlego, procurando consagrar hábito de lazer cultural da comunidade.

Ronaldo dos Anjos

CLUBE DE CINEMA FOI DESATIVADO.

Como se não bastasse o fim da meia-entrada para estudantes, outra atividade cinematográfica que propiciou ao universitário a exibição de filmes inéditos, alguns há pouco tempo liberados das prateleiras da censura, acaba de sucumbir.

O Clube de Cinema da Universidade, "Projeto Meia-Hora", criado pelo CA de Comunicação com o apoio do DAC, para preencher um dos vazios culturais da Universidade, encerrou suas atividades. Desde abril, o projeto vinha se destacando na comunidade universitária pela exibição de filmes marginalizados pelo circuito comercial, e, em muitas vezes, completados por debates sobre a questão cinematográfica.

Porém, o DAC, que até então administrava o auditório do Centro de Convivência, sentiu-se ofendido quando este foi tomado pelos estudantes (DCE), no dia 15 de julho. A crise culminou com o afastamento da bolsista Eliana Arndt, autora do artigo "Clube de Cinema, projetando um trabalho", para o jornal do DCE, que apontava as dificuldades para levar em frente um projeto cultural na Universidade.

Em certo trecho, o texto diz o seguinte: "As dificuldades continuam basicamente as mesmas. Não se tem dinheiro e, quando muito, se conseguem acordos capengas com a administração da Universidade". A repercussão logo se faz sentir. Eliana foi remanejada do cargo que ocupava no DAC.

Zuleika Lenzi, diretora do DAC e protagonista do remanejamento de Eliana, justifica sua atitude: "Além da reportagem não contar a verdadeira participação do DAC no Clube de Cinema, Eliana deveria explicar o significado dos acordos capengas". Inquerida se Eliana tinha sido demitida, Zuleika disse que "teria sido, se eu não tivesse pedido que ela fosse somente remanejada de cargo". O motivo, segundo Zuleika, "foi a falta de compatibilidade com a administração".

A reação da CA de Comunicação foi imediata: O Clube de Cinema findou suas projeções. "O projeto morreu aqui. Não temos mais condições de continuar com o DAC", desabafou Eliana.

Jorge Massarolo

Reconstrução

UFSC propõe alternativas.

"Cabe à Universidade o papel estratégico de incentivar a criação e desenvolvimento de alternativas democráticas e fortalecer os Movimentos Sociais, preservando a autonomia desses movimentos e da UFSC frente ao Estado". A declaração é da professora Ilse Schere Warren, Coordenadora de Mestrado do Curso de Ciências Sociais, ao analisar as enchentes catarinenses e o atual processo de reconstrução.

Reconstruir é palavra proibida nos corredores de Ciências Sociais. Durante as enchentes, professores desse curso se reuniram, analisaram e propuseram alternativas, além de criticarem o Projeto Estatal de Reconstrução, já em cogitação na época. "A Secretaria de Reconstrução é apenas uma burocracia paralela à burocracia estatal tradicional que reproduz e reforça as formas tradicionais de dominação e exploração", afirma Ilse Scherer.

A professora coloca também que existe na UFSC um grupo formado pelas Associações de Professores e Servidores, Administração e DCE que crê na possibilidade da Universidade levar um trabalho alternativo ao Projeto Estatal, juntamente com as populações e comunidades não-privilegiadas dentro daquele programa. "Esse grupo vem assumindo o compromisso de respeito às verdadeiras reivindicações e formas de luta dessas comunidades", salienta.

Segundo Ilse Scherer Warren, está acontecendo um fato histórico inédito na UFSC,

pois esse projeto abre possibilidade para que várias reivindicações da Comunidade Universitária sejam colocadas em prática, tais como, a conquista de autonomia expressa por meio da realização de projetos próprios e independentes do projeto estatal, o antiburocratismo, com novas formas de articular ensino-pesquisa e extensão, fugindo da tradicional inércia e rigidez da burocracia curricular, e a possibilidade de colocar a Universidade a serviço da comunidade, principalmente a mais carente.

JOGO DO PODER

Apesar disso, Ilse observa que a Comunidade Universitária como um todo, tem se mostrado desconfiada e não participa devido a vários temores. Alguns concordam mas têm medo de romper com a burocracia curricular tradicional e liberar seu potencial criativo. Outros temem em contribuir para o jogo do Poder, mas esquecem que a UFSC nesse processo vem expressando conquistas e vontades da Comunidade Universitária. E o temor da inoperância de projetos alternativos decorre da incapacidade de se conceber transformações por vias não-paternalistas ou autoritárias. Há também os que não concordam ideologicamente com o projeto.

Já o professor de Ciência Política, José Eduardo Viola, pensando no que aconte-

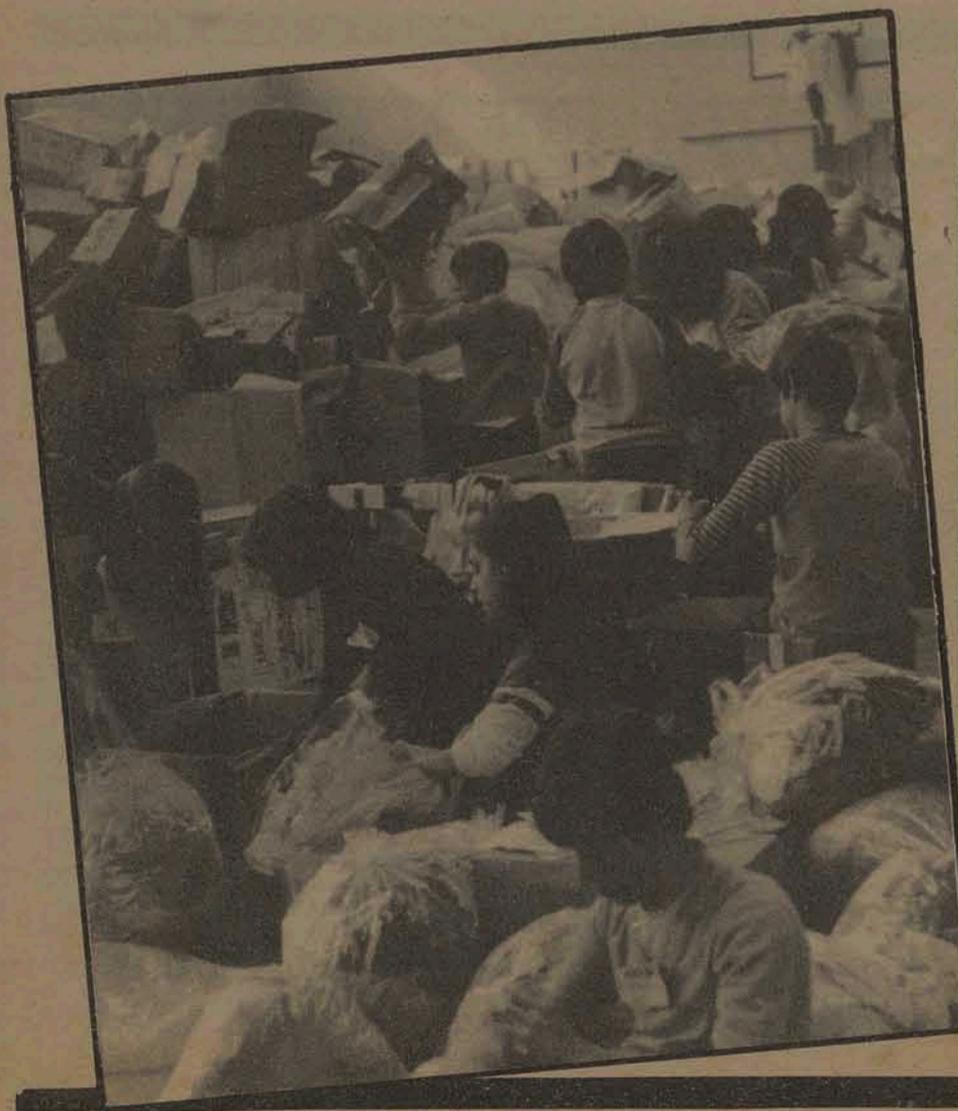
cerá, passadas as enchentes, faz previsões: "A crise econômica e social adquire proporções alarmantes com a formação de um fabuloso contingente de desempregados nômades que isoladamente ou em bandos assolam as regiões não-atingidas pelas enchentes. Aumenta a violência urbana". Ilse Scherer concorda e acredita que isso acontecerá devido à exclusão dos menos favorecidos e por isso mesmo mais atingidos pela catástrofe. "Os excluídos do modelo, sem perspectivas futuras, optarão pela migração não-planejada, podendo haver uma grande marginalização" concluiu.

O professor propõe que se crie uma rede de informação alternativa visando ao amplo e profundo debate coletivo sobre o significado da catástrofe e o sentido da reconstrução, questionando as bases da sociedade capitalista-burocrática. Para Viola, as cheias constituíram-se num verdadeiro choque civilizatório comparável a guerras, invasões e evoluções. Várias temáticas devem ser debatidas: A relação predatória do homem com a natureza, a centralização da produção de energia, o avanço das tecnologias em detrimento dos saberes tradicionais da população, a provável necessidade de conviver com alterações climáticas, o acontecido como sendo da ordem do humano-social e não do natural-divino.

— Leani Budde



Suzete Sandin



AS CRÍTICAS À SECRETARIA.

A nova Secretaria da Reconstrução possui o objetivo de centralização do poder, da união das oligarquias do Estado e da promoção pessoal do governador. Esta, ao menos, é a opinião dos professores Célio Espíndola e Remy Fontana, da UFSC.

A nomeação do ex-governador do Estado, Antônio Carlos Konder Reis, para titular desta nova pasta, já havia gerado incômodas polêmicas dentro do próprio partido do governo. E, claro, recebeu duras críticas de setores do PMDB. Criada em meados de agosto, a Secretaria continua merecendo análises contundentes de todos os lados. "É o grande capital que tem de ser defendido, pois isso é do interesse do governo", insinua Célio Espíndola, professor de Economia. E justifica lembrando que a proposta de reconstrução, feita pelo governo nos seus pronunciamentos, dá maior prioridade à recuperação das grandes empresas, alegando que as pequenas possuem um nível de complexidade menor, possibilitando, desta maneira, a recuperação através do trabalho de seus empresários e operários.

Ao referir-se a um plano de reconstrução do Estado, ressalta: "ele deve visar fundamentalmente recuperar o perdido e dar garantia para o futuro, como criar condições de ocu-

pação do solo, tratamento dos rios, construção de barragens, aumento do nível de produção rural e desenvolvimento de toda região catarinense, a fim de que Santa Catarina consiga superar os prejuízos desta catástrofe".

Para o professor de Ciências Sociais, Remy Fontana, com a criação desta nova Secretaria reinstala-se uma velha separação entre os que planejam e os que executam. Desta maneira, segundo ele, "volta tudo ao seu normal".

"O Poder Executivo confirma as suas prerrogativas de supercentralização às custas do sufocamento da sociedade civil com a nada desprezível vantagem de um discurso de partição e uma prática de exclusão, que tem sido a forma usual de exercício do poder de raízes oligárquicas e autocráticas", denuncia o professor.

Prosseguindo, Remy Fontana afirma que a idéia da Secretaria da Reconstrução é interessante, porém pode significar, na verdade, apenas a reintegração de autoridade central às custas de uma política mais descentralizada de restauração, passando pela gestão das prefeituras e pela autogestão das comunidades atingidas, que demonstraram nos momentos de emergência uma capacidade de trabalho e organização que a burocracia estatal nunca teve. — Rita Coelho